CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS - Recife, v. 24, nº. 1, p. 087-116, jan./jun., 2008

A MODERNA TRADIÇÃO BRASILEIRA: VOTO ÉTNICO-INDÍGENA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM ÁGUAS BELAS NA DÉCADA DE 1990[1]

Marcondes de Araújo Secundino*

Introdução

A significativa presença indígena no Nordeste, principalmente nas duas últimas décadas, tem despertado interesse científico e revelado a importância histórica, demográfica, ambiental e política desses povos nos cenários nacional e regional, bem como tem apontado para novas perspectivas no que se refere à relação do Estado com esses atores, tendo em vista seus direitos constitucionais.

Mesmo assim, embora já exista uma significativa produção de conhecimento sobre os Índios do Nordeste, quase nada existe com relação a participação política étnico-indígena ou negra em contextos locais, salve raras exceções, tais como: ABREU BRUNO (1999), SECUNDINO (2000) e GOLDMAN (2001). Ao focalizar a interface da participação étnico-indígena com as esferas local e regional, e no caso deste trabalho com a interferência dos representantes da Funai, inexiste empreendimento intelectual. Tal situação possibilita afirmar que além de poucos trabalhos desenvolvidos com a temática, sua divulgação no mercado editorial é muito precária.

No caso específico deste trabalho, o objetivo foi o de entender a problemática da participação política indígena, levando-se em consideração o perfil do poder político local

* Coordenador dos Estudos Indígenas (CGES/Dipes/Fundaj) e atual Coordenador do Projeto "Território e Memória Indígena no Nordeste Brasileiro" desenvolvido em colaboração científica com o Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento – Laced/Museu Nacional/UFRJ, o qual conta com o apoio do CNPq e da Finep/MCT. E-mail: marcondes.secundino@fundaj.gov.br

e os processos eleitorais em Águas Belas-PE e suas conexões com as esferas federal e estadual, problematizadas com as práticas tutelares desencadeadas por representantes do órgão indigenista oficial, a Funai, como forma de compreender as estratégias da *moderna tradição brasileira* em curso. Além de enfrentar o desafio de buscar elementos que formam a trama do campo político intersocietário Fulni-ô contemporâneo, bem como pistas para o entendimento da proximidade política existente entre os representantes do poder político local e os votos étnicos indígenas Fulni-ô.

Em outras palavras, parte-se de uma reflexão sobre os dispositivos da estrutura de poder em funcionamento e suas diversas conexões com as esferas federal e estadual, sua presença/interferência na configuração no poder local em Águas Belas. Seguindo a sugestão de PALMEIRA (1996), tem-se por objetivo problematizar a participação política indígena tomando por base uma premissa inicial, qual seja, ampliar o campo de análise onde as representações 'nativas', o faccionalismo político, a identidade étnica, a estrutura de mediação etc sejam percebidas como dispositivos legítimos da vida social e do próprio processo eleitoral; ademais, contemplar uma abordagem positiva que apreenda as especificidades, reintroduzindo a dimensão sociológica para expor os aspectos relacionais da vida cotidiana, captando os processos micropolíticos existentes nos cenários.

Por se tratar de uma unidade de análise inserida no Nordeste, região de antiga colonização, traz especificidades históricas, sobretudo marcadas por uma estrutura fundiária antidemocrática, refletida no poder político local e regional, onde predominam o *mandonismo local* e o *patrimonialismo* (LEAL, 1993; QUEIROZ, 1976; FAORO, 1976; SÁ, 1974; SIQUEIRA, 1990). Mandonismo e patrimonialismo estruturados nas *benesses* do domínio territorial quanto à posse e uso da terra (herança colonial), que se projeta na disputa e na rivalidade política, objetivando assegurar vantagens ligadas à propriedade e ao arremate do voto entre a clientela/parentela, sob o julgo dos *donos do poder* e das propriedades, formando o clássico curral eleitoral, tão comum à vida política brasileira, sem perder de vista suas singularidades e redefinições históricas e locais.

No que se refere ao perfil do poder político local em Águas Belas, o mesmo foi analisado a partir de um dos seus aspectos – o processo eleitoral – que comporta dispositivos que explicitam as estratégias e trajetórias de reprodução histórica das elites locais, as quais favorecem articulações cúmplices dos índios com essa elite, em decorrência, segundo nossa hipótese, da intervenção do Estado brasileiro através da Funai.

A referida problemática revela uma temática clássica nas ciências sociais – a questão da vida política brasileira expressa no mandonismo local e no patrimonialismo – abordada por diversos autores desde meados do século passado (LEAL, 1993; QUEIROZ, 1976; FAORO, 1976; DANTAS, 1987; entre outros), entretanto, além de suas contribuições, o que se observa, enquanto tendência interpretativa, é um movimento pendular entre uma sobredeterminação da estrutura partidária – a representação política – e uma "autonomia desqualificada" do voto em relação aos atores sociais.

Essa tendência interpretativa da representação política supõe, de um lado, a falta de um elemento de racionalidade, de informação, de tradição, de organização partidária e de eficiência governamental. Do outro, a *autonomia desqualificada do voto*, onde se focaliza o comportamento eleitoral partindo do pressuposto de que o mesmo oscila entre a irracionalidade, a carência de informação e, por conseguinte, uma opção política incorreta em relação aos atores sociais. Ambas as tendências, por caminhos diferentes, apontam por justificativas que demonstrariam/provariam uma suposta desorganização partidária inerente à cultura política do país, por compreendê-la como mero reflexo de uma estrutura de poder que se consolidou no Brasil, de acordo com Moacir Palmeira (1996, p. 7). Para esse autor, tais interpretações ao privilegiarem

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS - Recife, v. 24, nº 1, p. 087-116, jan./jun., 2008

exclusivamente o momento das eleições, perdem de vista a tessitura das redes e tramas que antecedem o pleito eleitoral ou o cenário do chamado "tempo da política".

Tramas e Conexões do Poder Político Local

Como resultado da experiência de colonização forjada nesta "Terra à Vista" pelos europeus, a "Muralha dos Sertões", o Nordeste foi a primeira região de ocupação territorial do que hoje conhecemos como Brasil. O que significa dizer que, para se compreender o Nordeste contemporâneo, é necessário entender essa realidade que originou dispositivos de poder específicos e emblemáticos no contexto regional.

Dito isso, parte-se do pressuposto de que o poder político regional atual é predominantemente marcado por esquemas tradicionais de dominação, baseados no sistema fundiário regional e no poder privado/familiar,em que *terra* e *poder* se apresentam com forte correlação analítica para a compreensão do poder político regional (SIQUEIRA, 1990). Nesse sentido, o município de Águas Belas é um cenário propício para a presença e funcionamento desses esquemas, figurando como caso típico da formação do poder político regional no Brasil (SECUNDINO, 2000).

Águas Belas localiza-se no Vale do Ipanema, microrregião do Sertão de Arcoverde. Iniciou como Aldeia da Lagoa no século XVIII, local de antiga missão religiosa. Municipalizou-se em 1928 com o nome de Águas Belas. O município sempre foi administrado por representantes das famílias tradicionais e latifundiárias, às vezes até ocupantes de lotes na terra indígena. Tomando-se como referência o prefeito eleito, em 1935, pelo Partido Social Democrático de Pernambuco que disputara com o seu opositor da Frente Única de Águasbelense, ocupava lotes de terras indígenas, era oriundo de família tradicional e dono do Cartório de Imóveis do Município[2]. Tais posses foram passadas como herança para um dos seus filhos, o qual, em 1982, foi candidato a prefeito pelo PDS I. Ele herdou o cartório e os lotes de terra na área Fulni-ô, continuando como arrendatário dos índios, fato que culminou em conflitos de natureza jurídica entre aqueles e o político ainda não solucionados, haja vista os processos administrativos na Funai/AER-Recife.

É importante mencionar que o prefeito eleito para o período de 1982-86 exerceu seu terceiro mandato entre 1996-2000. Como ressaltado anteriormente, entrou no cenário político local apadrinhado pelo velho coronel da região, que exercia uma forte influência política sobre os índios Fulni-ô, com abrangência também regional. O coronel faleceu em meados da década de 1990.

No pleito de 1998, foi eleita uma nova liderança pelo PFL, que teve a capacidade de unificar todas as facções do campo político tradicional. Foi apoiado pelo prefeito, pelo coronel e seus correligionários. Mantiveram-se, assim, a hegemonia política do grupo e a predominância de proprietários rurais no comando do poder político local, pois o eleito era um dos representantes dos produtores de leite no Município e, antes de ser prefeito, exerceu o cargo de gerente da antiga Cilpe (Companhia de Leite de Pernambuco), cargo indicado pelo governador.

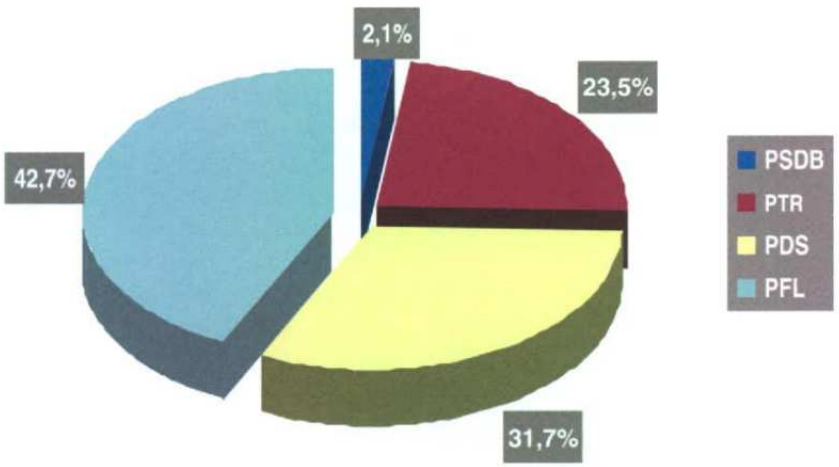
Não menos importante, emerge, nesse período, uma liderança no mesmo campo político com força e capacidade de disputa no poder local. Abre uma facção no interior do cenário estabelecido e ameaça a antiga hegemonia. Apesar de não ser oriundo de família tradicional nem do grupo de grandes produtores rurais, começa a acumular capital político ocupando cargos públicos[3] em decorrência das relações mantidas com os agentes do poder local e regional. Após o exercício desses cargos, conseguiu viabilizar sua candidatura para prefeito pelo PMB, alcançando expressiva votação.

Essa emergente liderança municipal obteve a segunda maior votação para prefeito em Águas Belas, perdendo para o seu principal concorrente por menos de 1% dos votos válidos.

Na eleição de 1992, como se verá no gráfico abaixo, a força política do campo tradicional continua a exercer seu mandonismo no

âmbito local. Consegue, nessa eleição, um feito histórico, agregando ao seu campo o então cobiçado opositor e chefe político do antigo MDB – atualmente do PMDB –, o qual estabelece uma aliança e sai candidato a vice-prefeito na chapa vitoriosa. A candidatura atinge um percentual de diferença em relação à segunda colocada nunca antes visto na história política do município (TAVARES, 1990). O gráfico 01 ilustra bem essa situação através da distribuição dos votos por partido em Águas Belas e a conseqüente configuração da representação política local:

Gráfico 01
Distribuição dos votos para prefeito por partido – 1992



Fonte: TRE-PE

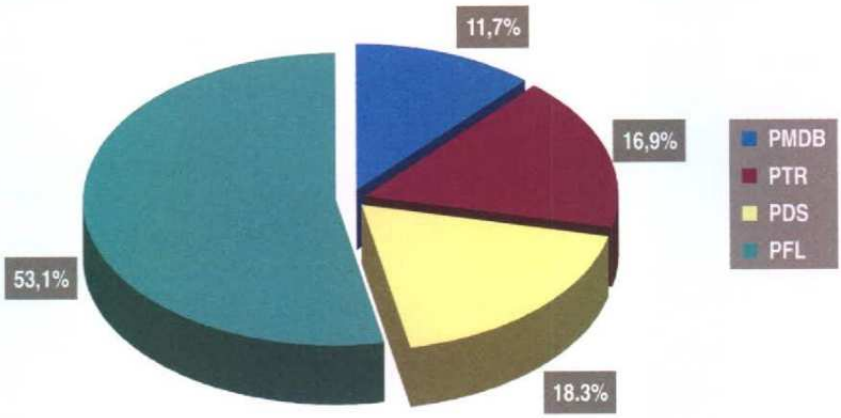
Mais uma vez, o prefeito eleito, com 42,7% dos votos válidos, sai dos quadros do PFL e dos grandes proprietários rurais. Alcança uma diferença de, aproximadamente, 10% em relação ao segundo colocado. É eleito com o seu vice-prefeito e antigo opositor desse campo político tradicional, sendo apoiado pelo seu antecessor de 1988-1992, o qual já havia no pleito anterior, obtido o apoio do ex-prefeito e prefeito por três mandatos (1972-1976, 1982-1986 e 1996-2000).

É importante frisar que esta composição aponta para um faccionalismo interno ao campo político tradicional, pois aquele que foi prefeito por três vezes saiu candidato pelo PDS e ficou em terceiro lugar. Essa eleição conta também com uma candidatura do PSDB, a qual atinge a inexpressiva marca dos 2% dos votos válidos de Águas Belas.

O segundo lugar fica com aquela liderança emergente local que ocupou vários cargos públicos no município e estabeleceu relações políticas regionais. Embora represente o mesmo campo político tradicional, prevalecente no município, abre concorrência com significativa densidade eleitoral. Dessa vez, concorreu pelo PTR e alcançou a marca dos 31,7% da votação.

Quanto à composição da Câmara municipal de Águas Belas, fica evidente a hegemonia absoluta do mandonismo local e do campo político tradicional, pois, dos nove (9) vereadores eleitos, quatro (4) são do PFL, dois (2) do PDS, dois (2) do PTR e um (1) do PMDB. Assim está ilustrada no gráfico 02 a representação da Câmara Municipal, a partir da distribuição dos votos para vereador por partido:

Gráfico 02
Distribuição dos votos para vereador por partido – 1992



Fonte: TRE-PE

O gráfico 02 ilustra bem a representação política da Câmara Municipal, explicitando a presença absoluta das forças do campo político tradicional. Mas, traz-nos também outra informação não menos importante: essa representação possibilita visualizar a correlação e concorrência das forças políticas internas ao próprio campo, tendo como referência a densidade eleitoral. O PFL agrega 53% do universo dos votos válidos do Município para vereador eleito, seguido pelo PDS, com 18,3%; o PTR, com 16,9%; e pelo PMDB com 11,7%.

Na eleição de 1996, aquela liderança oriunda da Arena e do PDS e que já fora prefeito por duas vezes, retorna ao poder executivo municipal pela terceira vez e mantém a mesma performance eleitoral do seu antecessor com praticamente 10% de diferença em relação ao segundo colocado. Nesse pleito, surge uma interessante candidatura de ocasião, viabilizada pela coligação estabelecida entre o PSB e o PT, a qual fornece significados e pistas para o entendimento da especificidade do cenário local. O fato de denominá-la candidatura de ocasião deve-se a duas razões principais, ou seja, mesmo enquadrando-se numa composição de esquerda, não comporta um campo ideológico programático e definido; e as próprias práticas que assentaram publicamente a candidatura (por exemplo: estratégia política e base eleitoral), não diferem da hegemonia tradicional. Isso revela especificidades locais. Não obstante, a participação e performance dessa candidatura demonstram um espaço de poder que pode ser ocupado – aproveitado e explorado – pelas forças políticas menos conservadoras.

A hipótese de essa candidatura (PSB/PT) não se diferenciar das demais advém da própria natureza referente à estratégia política adotada, sua base eleitoral e sua construção. Tanto o candidato para prefeito quanto o seu vice não emergem de discussões e relações políticas construídas com movimentos populares e sociais de base ou com entidades representativas da sociedade civil organizada de Águas Belas. Aliás, praticamente não existe no Município sociedade civil organizada[4], não fosse o Sindicato dos Trabalhadores Rurais[5], que, por sinal, mantém uma relação ambígua com a estrutura de poder local por manter ligações políticas com os quadros mais conservadores e voltar-se, quase que exclusivamente, para uma política sindical de cadastro e arrecadação de impostos previdenciários. Somente em 2002 é que a Diretoria da Fetape toma uma posição política mais definida para o campo

progressista, ao apoiar candidaturas para governador e presidente da aliança de esquerda. Momento também que amplia sua atuação sindical, agora, mas voltada à reivindicação de uma política agrária e agrícola, bem como de políticas públicas para o os trabalhadores rurais.

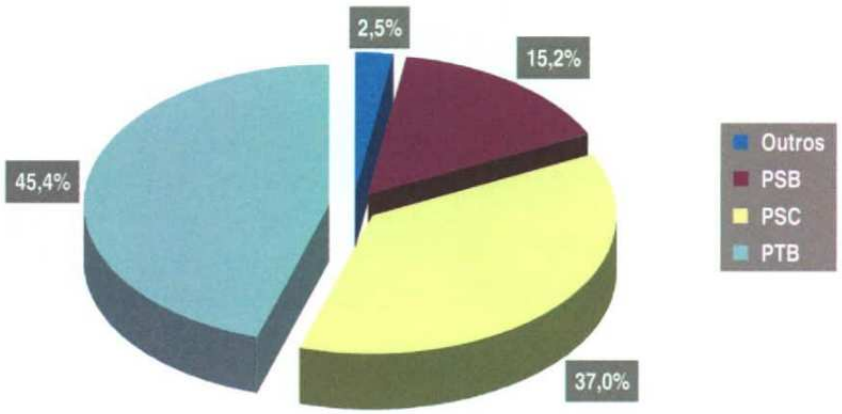
Retornando àquela candidatura de ocasião da coligação PSB-PT, o candidato a prefeito se estabeleceu recentemente no Município, possui curso de nível superior, é microempresário e oriundo de família tradicional da microrregião. Na década de 1980, no seu município de origem, chegou a ser secretário municipal no governo do PFL, exercido pelo seu tio. Quanto ao candidato a vice-prefeito, é natural de Águas Belas, é índio Fulni-ô e funcionário do Banco do Brasil. Seus pais são comerciantes e produtores de leite. Ambos, até então, jamais tinham participado de qualquer mobilização política no Município, e mesmo assim, a candidatura PSB/PT conseguiu um resultado surpreendente. Vejamos a representação política e o comportamento eleitoral do município de Águas Belas, em 1996, quanto à distribuição dos votos por partido:

O prefeito eleito pelo PTB obteve 45,4% dos votos válidos, enquanto a candidatura do PSC alcançou 37%. Em terceiro lugar ficou a candidatura da coligação PSB-PT, atingindo a marca surpreendente de 15,2%. O segmento "outros" do gráfico é curioso e merece comentário.

Nesse pleito, existiam mais duas candidaturas para prefeito, respectivamente, do PMDB e do PDT, que, juntas, ficaram com 2,5% dos votos válidos do Município. Do ponto de vista eleitoral, a pouca expressividade dessas candidaturas, principalmente a do PMDB, se deu pelo fato de, dias antes, ambas se retirarem do pleito e aderiram às candidaturas mais cotadas no cenário local. O PDT aderiu à candidatura do PSC, e o PMDB, à vitoriosa, do PTB.

A candidatura vitoriosa do PTB manteve a performance eleitoral do seu antecessor, com cerca de 10% de diferença entre ela e a segunda colocada, fato que possibilita uma reflexão. Verifica-se que é mantida a distância histórica, somente alcançada no pleito local de 1992, como mencionado anteriormente, quando o chefe político do PMDB tornou-se aliado da hegemonia tradicional, ocupando inclusive a vaga de vice-prefeito.

Gráfico 03
Distribuição dos votos para prefeito por partido – 1996

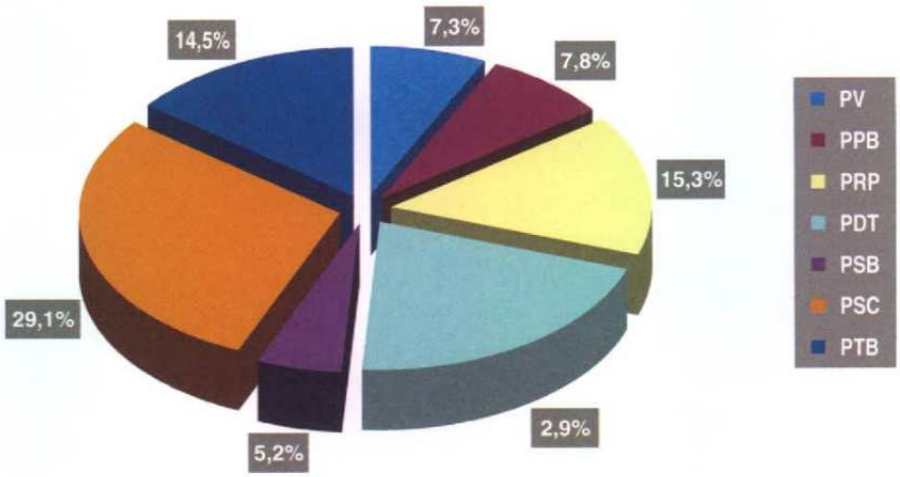


Fonte: TRE-PE

Esse fenômeno eleitoral suscita duas questões principais em relação ao chefe político do PMDB local. A primeira, ao que tudo indica, se refere à impossibilidade de esse personagem levar adiante um projeto autônomo. A segunda, trata de uma aparente contradição: ao mesmo tempo em que ele demonstra uma queda vertiginosa nos índices eleitorais, parece manter uma certa densidade eleitoral e inserção pública, a que lhe possibilita estabelecer negociações sempre cobiçadas pelos outros chefes locais. A performance eleitoral do PTB, que recebeu adesão da candidatura do PMDB, e a manutenção da diferença entre o eleito e o segundo colocado são indicativos da força política do chefe do PMDB.

Quanto à composição da Câmara Municipal de Águas Belas, nesse pleito, nota-se uma aparente dispersão relativa à representação político-partidária. Vejamos, no gráfico 04, a distribuição dos votos para vereador eleito por partido:

Gráfico 04
Distribuição dos votos para vereador por partido – 1996



Fonte: TRE-PE

Mais uma vez, o perfil da representação política da Câmara Municipal demonstra a força quase absoluta do campo político tradicional. Comporta apenas um vereador eleito pelo PSB, com 5,2% dos votos válidos, o qual vem se mantendo independente do campo tradicional, porém sem consistência programática e ideológica[6]. O PSC, com três (3) vereadores eleitos, alcançou 29,1%, seguido pelo PDT, que elegeu dois (2) vereadores com 20,9% do total dos votos dos eleitos. O PRP, com apenas uma (1) vaga na Câmara, atingiu 15,3% da representatividade eleitoral, seguido pelo PTB, com 14,5%. E, finalmente, as duas (2) outras vagas são representadas pelo PPB e PV, com, respectivamente, 7,8% e 7,3% da densidade eleitoral. O índice alcançado pelo PTB, com apenas uma vaga, decorre da performance do vereador eleito. Ele é filho do ex-candidato do PDS I e neto de um ex-prefeito. Sua família é proprietária do Cartório de Imóveis desde a fundação do Município e, por longo tempo, responsável pelo Cartório Eleitoral, bem como proprietária de terras na região[7].

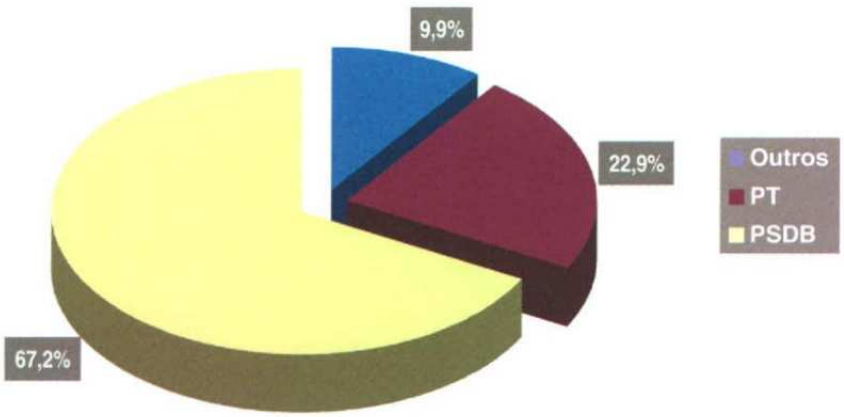
Ao analisar o comportamento dos eleitores e a representação política via partidos em Águas Belas, através de eleições municipais, pretendemos configurar o perfil do poder político local e sua capacidade de reprodução e consolidação.

Um outro nível de análise empreendido foi seguir a trilha das conexões dos repre-

sentantes desse poder local com as esferas estadual e federal, a partir das eleições gerais de 1994, como ícone das tramas, fluxos e conexões dessas instâncias de poder por se tratar de um processo eleitoral que envolve todas as esferas (estadual e federal), representadas diretamente pelos candidatos concorrentes e apoiados localmente e, indiretamente, pelos chefes políticos locais e suas articulações com as demais esferas. O gráfico 05 demonstra a distribuição dos votos para presidente no Município:

Um outro aspecto relevante é que todos os chefes do campo político tradicional, sem exceção, apoiaram Fernando Henrique Cardoso. O resultado é indicativo de uma estrutura de poder consolidada, que, todavia, apresenta um potencial espaço de crescimento para o campo de esquerda, pois, quando o voto é mais descolado dos interesses locais, tem-se uma maior visibilidade de "votos independentes". Haja vista a votação do PT para presidente, embora não consiga a mesma performance para as candidaturas proporcio-

Gráfico 05
Distribuição dos votos para presidente por partido – 1994



Fonte: TRE-PE

Em 1994, o PSDB, com o candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, obtém maioria absoluta com a marca de 67,2% dos votos válidos no Município. O segundo mais votado é o do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que atinge 22,9% desses votos. Em seguida, aparece o segmento "outro", que agrega seis partidos e obteve apenas 9,9% daqueles votos locais.

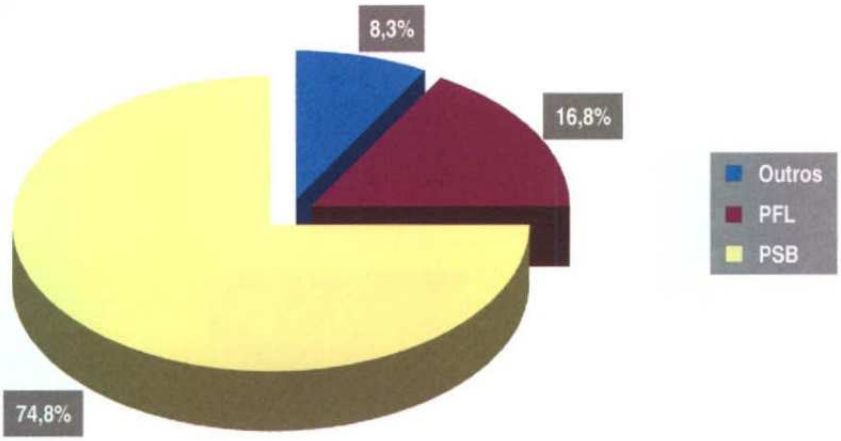
Alguns aspectos merecem considerações. O primeiro deles é a configuração da polarização nacional entre as candidaturas do PSDB, coligado nacionalmente com o PFL, e o PT, coligado com o PSB, PDT e PPS, coligação, essa, que, no âmbito local, demonstra um comportamento representativo.

nais, como veremos mais adiante. No que se refere ao segmento "outros", mais um aspecto torna-se relevante. Ele agrega seis partidos com candidaturas próprias: o PMDB, o Prona, o PDT, o PRN, o PPR e o PSC. Com exceção do Prona, PPR e PRN, os demais possuem representantes locais expressivos. O PMDB, conta com um chefe político local; o PDT e o PSC, individualmente, conseguiram, no pleito de 1996, eleger três vereadores com os respectivos percentuais eleitorais de 20,9% e 29,1%. No caso do PSC, ficou no segundo lugar na disputa para prefeito, com 37% dos votos válidos.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os diversos partidos existentes no Municí-

pio servem de legenda de aluguel e atendem a uma das dinâmicas de reprodução de poder das elites, ou seja, sua lógica de manutenção do campo político tradicional. O revezamento das lideranças políticas nos partidos dentro dessa arena tradicional, atende a interesses e arranjos momentâneos. Fazem parte, como diria Palmeira, das estratégias do "tempo da política". São, na verdade, forças políticas que geralmente aderem à posição governista, seja na esfera estadual, seja na federal, independentemente do campo ideológico. Exemplo ilustrativo o resultado alcançado pela candidatura do PSB ao Governo do Estado de Pernambuco, em 1994. O gráfico 06 apresenta a distribuição dos votos para governador por partido:

Gráfico 06
Distribuição dos votos para governador por partido – 1994



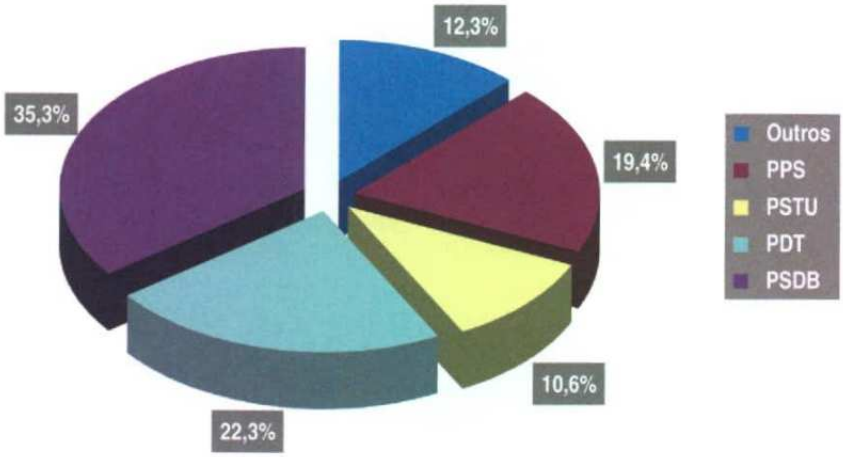
Fonte: TRE-PE

Como fenômeno eleitoral, aparece o PSB de Miguel Arraes de Alencar obtendo 74,8% dos votos válidos para governador. Em segundo lugar, fica o PFL com 16,8% e, por fim, o segmento "outros" obtém 8,3% dos votos válidos. Mais uma vez, vale ressaltar que esse último segmento agrega quatro (4) candidaturas próprias através dos partidos PSTU, PMDB, PRN e PTB. O PMDB e o PTB possuem representação no Município e, mesmo assim, apresentou uma performance insignificante. O PTB, nas eleições para prefeito em 1996, elegeu o prefeito com 45,4% dos votos válidos.

O prefeito eleito, em 1992, pelo PFL apoiou declaradamente Arraes junto com os demais chefes políticos e ex-prefeitos, o que demonstra uma adesão oportunista tendente à situação vigente nas esferas estadual e federal, por parte desses chefes políticos locais. Entretanto, seu vice, o líder político do PMDB, apoiou a candidatura do PFL. Para o Senado, o comportamento eleitoral e a representação demonstram uma dispersão, porém dentro da polarização das candidaturas para governador. A distribuição dos votos para senador em Águas Belas ficou assim representada no gráfico 07, na página seguinte:

O PSDB apresenta uma maior densidade eleitoral em relação aos demais partidos concorrentes para o Senado, atingindo 35,3%; seguido pelo PDT, com 22,3%; e pelo PPS, com 19,4%. Fica evidente que essas candidaturas mantêm a performance da po-

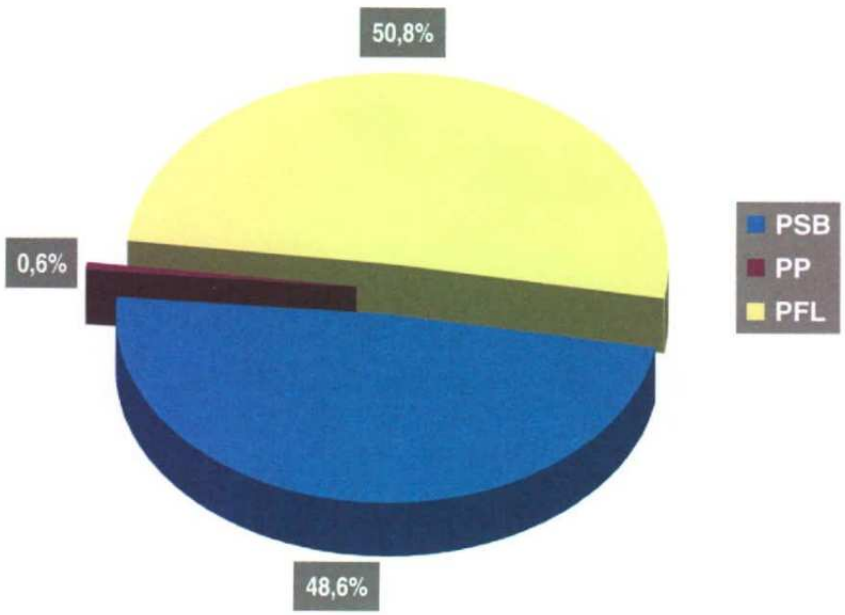
Gráfico 07
Distribuição dos votos para senador por partido – 1994



Fonte: TRE-PE

larização em torno da disputa para governador. Geralmente a disputa para o Senado segue a tradição de vínculo ao seu governador. As candidaturas proporcionais para deputado, estadual e federal, conformam um caso à parte. É o cenário onde se faz presente tanto o maior *investimento* dos chefes políticos locais, para demonstração de força política, quanto representa o local com maior nível de disputa municipal. Disputa que se confirma na distribuição dos votos para deputado, como ilustrado no gráfico 08:

Gráfico 08
Distribuição dos votos para deputado federal por partido – 1994



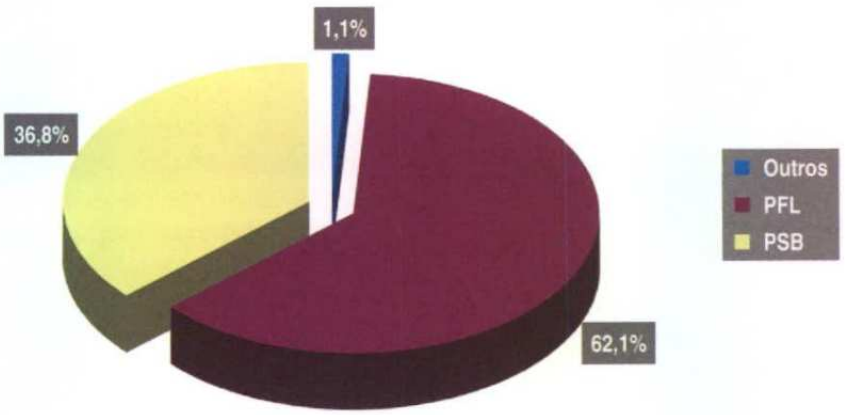
Fonte: TRE-PE

Observa-se que a polarização persiste, porém com um nível maior de disputas locais. O deputado federal eleito pelo PFL, majoritário na cidade de Águas Belas, foi apoiado pelo então prefeito, do mesmo partido, e pelo ex-prefeito, eleito pelo PTB. O segundo mais votado, eleito pelo PSB, obteve apoio do ex-prefeito, do PFL e daquele candidato a prefeito pelo PSC, que ficou em segundo lugar. O terceiro deputado, também eleito pelo PFL, foi apoiado pelo vice-prefeito e chefe político do PMDB. Quanto aos percentuais eleitorais, 50,8% dos votos foram distribuídos em quatro candidaturas do PFL, com duas mais expressivas. Enquanto 48,6% destinaram-se ao PSB em praticamente duas candidaturas, com somente uma expressiva. Para deputado estadual, mantêm-se polarizados PSB-PT e PFL-PSDB, coligações que disputaram a majoritária, como veremos no gráfico 09, onde se ilustra a distribuição dos votos válidos no Município:

PFL, o qual obteve apoio do ex-prefeito por duas vezes e de uma liderança feminina emergente que viria a ser a vice-prefeita, em 1996, na chapa do PTB. O terceiro mais votado, também do PFL, contou com o apoio local do, então, prefeito e vice-prefeito. Quanto às representações, apesar de o PSB ter sido majoritário, o PFL obteve uma maior densidade eleitoral. O PSB, com 36,8%, concentrou voto em praticamente uma candidatura representativa. No caso do PFL, com 62,1%, foi contemplado com duas candidaturas mais votadas.

Após analisar essas eleições, apresentaremos o cenário atual e seus rearranjos para a disputa das eleições municipais de 2000. O quadro do poder político local demonstra a prevalência do domínio territorial e familiar. Essa eleição é reveladora. O atual prefeito, licenciado, entra pela quinta vez na disputa, nesse momento pelo PFL. O chefe político que fora candidato pelo

Gráfico 09
Distribuição dos votos para deputado estadual por partido – 1994



Fonte: TRE-PE

A polarização continua no município. O deputado estadual eleito pelo PSB foi o mais votado com o apoio dos chefes políticos locais, o ex-prefeito pelo PFL e aquele candidato derrotado pelo PSC que ficara em segundo lugar na disputa pela prefeitura. Logo em seguida, veio o deputado eleito pelo PSC, é vice-prefeito pelo PSDC na chapa majoritária do PPB, cujo candidato a prefeito é irmão de outro prefeito da região, ambos citados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e da Pistolagem, da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Esse candidato a prefeito

em Águas Belas contou com o apoio de vários ex-candidatos ao mesmo cargo.

O chefe político do PMDB lançou uma candidatura a prefeito, cujo representante também se encontra citado no referido relatório da CPI do Narcotráfico e da Pistolagem. Nessa eleição, esse chefe político pleiteia uma vaga na Câmara Municipal pelo PMDB em coligação com o PSB. (Não logrou êxito, obtendo apenas cerca de 100 votos). Interessante ressaltar que a candidatura majoritária do PMDB tem como vice um militante atualmente filiado ao PSB e ex-vereador pelo PDC, o qual sempre manteve uma proximidade com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com a Igreja Católica, onde exerce, há anos, uma militância missionária e uma prática política ambígua no Município, haja vista sua trajetória.

Aquele candidato a prefeito pelo PSB em 1996, agora ocupa a vaga de vice-prefeito pelo PPS na chapa majoritária do PSC, num arco de aliança que conta, além do PPS e PSC, com o PDT e o PT, e envolve o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O candidato a prefeito é um empresário local e pela primeira vez participa de uma disputa eleitoral. Tem um irmão prefeito pelo PFL na mesma microrregião e possui propriedades rurais na região, junto com a família.

Dada a predominância do funcionamento de esquemas tradicionais de dominação no Brasil, embora redefinidos e atualizados, Águas Belas se apresenta como uma situação representativa, mesmo destacando o itinerário dos votos étnicos indígenas, pois demonstra estratégias e consistência do campo político tradicional e um comportamento eleitoral que gira praticamente em torno de pólos ideológicos que repousam em especificidades regionais e locais e que, ao interagirem, produzem outros campos político-ideológicos.

A representação política e o comportamento eleitoral tendem a reforçar essa polarização, e o poder político regional tradicional, baseado nas estratégias e arranjos, constituído no "tempo da política" e nas tramas e redes inerentes ao processo histórico. Partimos da hipótese de que esse processo, no campo político regional do Nordeste, adquiriu especificidades advindas da experiência da colonização, as quais geraram esquemas tradicionais de dominação, baseados no sistema fundiário regional, na oligarquização da política e numa esfera pública onde prevalece o poder de face privado/familiar.

Ao considerar a experiência acontecida e a experiência vivida em Águas Belas, seu passado múltiplo e permanentemente redefinido pela ótica do presente (BENJAMIN, 1985, 1996; CAYGILL, 1997), a configuração do poder político local é representativa dos esquemas tradicionais de dominação e da formação do poder regional. Suas características são inscritas pela lógica da oligarquização da política, reprodução das elites e capacidade aliancista, que passa por uma dinâmica de permuta partidária fundada em unidades familiares e no domínio territorial. Tais características redefinem e reciclam esquemas de poder objetivando zelar e manter o campo político-ideológico tradicional hegemonicamente legitimado pelo voto local, inclusive observando-se o itinerário dos votos étnicos indígenas.

Esse campo político caracteriza-se pela concorrência interna das elites locais, acirrada no "tempo da política", como tivemos a possibilidade de observar, o que, portanto, indica claramente o que a literatura nacional e internacional sobre a temática denomina de faccionalismo. Faccionalismo que propicia ao analista perceber elementos articulatórios das conexões e fluxos que permeiam as relações existentes entre os chefes políticos locais, lideranças indígenas e os agentes representativos do poder regional, que se articulam, conseqüentemente, com a esfera federal, dando sua contribuição à formação social brasileira. Isso implica considerar que essas características da política têm reflexo na organização social dos índios, como partícipes da representação política e do comportamento eleitoral do Município, os quais fazem parte do campo político intersocietário Fulni-ô, mais precisamente da definição da indianidade desses atores (SECUNDINO, 2000).

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS - Recife, v. 24, nº. 1, p. 067-115, jan./jun., 2008

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS - Recife, v. 24, nº 1, p. 087-116, jan./jun., 2008

Poder Local e Faccionalismo Indígena Fulni-ô

Tomando como referência o poder local de Águas Belas, focalizar-se-á a cumplicidade existente entre os índios e os agentes desse poder, suas tramas situacionais ou os elementos constitutivos de uma ordem negociada, inclusive, com os votos étnicos, que, na concorrência dentro do cenário político municipal, explicitam antagonismos e organização do consentimento tanto interno quanto externo à *comunidade política lembrada Fulni-ô*. Essa dinâmica, inerente ao cenário local, aparece como produtora de significados resultantes de uma ordem formada na clivagem entre a etnicidade e a indianidade, ou seja, construída entre os fatores internos à organização indígena e aspectos externos, absorvidos por ela em processos políticos específicos e historicamente situados (SECUNDINO, 2000).

Esses elementos da clivagem se fazem presentes na realidade Fulni-ô através do já referido faccionalismo, fenômeno que resulta da absorção de mecanismos e forças políticas em funcionamento no poder político local, os quais provocam redefinição na esfera da organização sócio-política Fulni-ô. Essa realidade arma tramas e conexões nos interstícios do cotidiano, reforçando e deliberando entre os diferentes atores, índios e não-índios, dispositivos de poder, de lealdade, de pertencimento e da diferença, constitutivos do que estamos denominando do campo político intersocietário Fulni-ô e que produzem fronteiras e estabelecem critérios de identificação e/ou de repulsa entre os atores sociais envolvidos.

Partimos da premissa de que o processo faccional é resultante de estratégias e de flexibilização de barganhas armadas na interação dos atores sociais presentes no campo político situacional. Segundo OLIVEIRA (1977) e BRASILEIRO (1999), esse processo se faz explícito muito mais num plano situacional e menos num plano estrutural no qual são interpelados os atores em interação. O campo onde emerge o processo do faccionalismo é resultante de conflitos e disputas que terminam por produzir critérios de legitimação de lideranças, as quais se firmam para desempenhar o papel de mediador com diversos agentes e pólos institucionais, para intermediar bens e serviços, bem como o voto nas eleições (SECUNDINO, 2000).

No caso das lideranças indígenas, terminam por funcionar como elo entre sua *comunidade política lembrada* e a esfera pública, no arremate do voto. Entre essas duas instâncias, entram em cena os intelectuais e os representantes das agências de contato – entidades governamentais e não-governamentais – os quais compõem os campos intersocietário e indigenista brasileiros, negociando, definindo e redefinindo critérios de legitimação de lideranças. Critérios, esses, processados sob a ótica da clivagem etnicidade/indianidade envolvendo índios, aliados e opositores.

Na década de 1990, o grupo indígena Fulni-ô acirrou internamente um processo faccional que produziu significados interessantes para o entendimento dos fluxos e conexões mobilizados por esses índios em interação com diversas instâncias de poder, enquanto partícipes e principais atores da fronteira étnica em Águas Belas. Como outros grupos indígenas do Nordeste, os Fulni-ô estabeleceram uma relação histórica típica com a política indigenista oficial, a qual caracteriza sua indianidade contemporânea. O órgão oficial, ao mesmo tempo em que fomenta relações de dependência, impulsiona e provoca divisões políticas e, conseqüentemente, faccionalismos internos nos grupos. Esse faccionalismo Fulni-ô é uma característica relevante da indianidade dos índios do Nordeste. É tanto que já foi tema discutido num *workshop*, promovido pela Funai-PE. no ano de 1997. Naquele momento, esse órgão indigenista oficial tinha por objetivo construir novas bases e diretrizes de atuação para o campo indigenista, levando em consideração as divisões internas enquanto especificidade regional.

Para analisar o faccionalismo Fulni-ô contemporâneo, na década de 1990, levamos em consideração a oportunidade em

que fomos contactados pela Administração Regional da Funai no Recife, em 1999, para intervir e elaborar um parecer antropológico sobre a situação, que tinha ficado mais evidente em decorrência da disputa territorial interna, com a ocupação da fazenda Peró, que, fazia fronteira com o Ouricuri, local sagrado dos Fulni-ô, e o parecer tinha por objetivo subsidiar a regularização fundiária da Terra Indígena. A facção Fulni-ô que reivindicara a fazenda já nos aguardava. Essa facção estava ocupando a fazenda desde outubro de 1998.

A ansiedade e os argumentos apresentados pelos representantes da facção em destaque, e que marcavam uma posição de conflito com as lideranças tradicionais, perpassavam duas principais questões: a necessidade de se discutir a distribuição dos lotes que compõem o atual território e o ajuste dos limites da área hoje reconhecida como Terra Indígena Fulni-ô, o que implicava o estudo ou, como afirma Ferreira (1995), em um estudo propriamente dito, uma vez que não existia na Funai nenhum processo em aberto ou em andamento referente à regularização dessa terra[8]. Finalmente, alegavam que as lideranças tradicionais estariam legislando em causa própria.

Ao levantar dados que não estavam relacionados diretamente com a ocupação da fazenda Peró, tivemos acesso a informações que talvez sejam indicativas da complexa constituição étnica do grupo indígena Fulni-ô e que podem estar relacionadas ao próprio processo de faccionalismo interno, além das tramas e conexões armadas com o poder político local. Ao interagir com as expectativas dos índios, vivenciamos situações incômodas. De acordo com o ofício nº 021-A/GAB/Recife/99, cabia-nos elaborar um parecer antropológico com o objetivo de subsidiar a Funai quanto à possível aquisição da fazenda Peró. Ao chegar à área, tomamos conhecimento, através dos próprios índios, de que outro ofício da Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai-DF – DAF/BSB nº 186 de 10/02/1999 –, teria sido encaminhado para o fazendeiro especificando que o pagamento deveria ser efetuado após a entrega do parecer antropológico, inclusive definindo critérios para o referido pagamento e ressaltando que este seria objeto de negociação relativa às benfeitorias.

É importante mencionar que a posição da AER-Recife e da DAF/BSB – de previamente estarem dispostas a negociar o imóvel de forma ilegal e anterior ao parecer antropológico – promoveu uma situação tensa durante o período em que estivemos no local. Tal situação foi também resultante do fato de que a TI Fulni-ô consiste numa figura jurídica contraditória, o que colocaria obstáculo à aquisição direta da fazenda[9]. As etapas que compõem o processo de regularização fundiária em vigor, nunca foram aplicadas à situação Fulni-ô, o que torna o caso cada vez mais complexo.

Os procedimentos utilizados pela Funai em relação à fazenda Peró parecem ser ilustrativos do tipo de relacionamento que estabeleceu historicamente com os Índios Fulni-ô, pois, ao invés de proceder à abertura de um processo de regularização fundiária, identificando e delimitando a TI Fulni-ô, os representantes da Funai estabeleceram com os índios e o fazendeiro negociações que atropelaram as etapas jurídico-administrativas necessárias ao processo de regularização, desconsiderando, inclusive, as orientações do parecer antropológico. Resultou, por fim, na compra da fazenda como fato isolado, antes de proceder à delimitação e identificação da ocupação tradicional, procedimento possível somente após a constituição de um grupo de trabalho para realizar o estudo e a identificação do território.

A reivindicação de incorporar a fazenda Peró ao território Fulni-ô não é recente. Pôde-se identificar oficialmente o ano de 1997 como marco inicial, fixado pelos representantes da Associação Indígena Fowclassa, atuais ocupantes da fazenda, quando solicitavam a área para o "Projeto de Incremento para Atividades de Pecuária" naquele local. Apresentavam duas preocupações principais para reivindicar a aquisição da fazenda Peró: a necessidade de ampliação e

redistribuição de lotes entre seus descendentes que se encontravam sem terra e o fato de essa fazenda localizar-se acima do lugar de realização do ritual sagrado Fulni-ô. Segundo o presidente da Associação Fowclassa, a reivindicação da fazenda à Funai remonta ao ano de 1995 sob o argumento da sua proximidade com o Ouricuri, lugar sagrado dos índios.

Em conversas com o cacique e o pajé, percebe-se que ambos concordam com a incorporação da fazenda Peró sob o mesmo argumento de sua proximidade do lugar sagrado, fato que se confirma *in loco*, bem como no levantamento fundiário realizado por técnicos da Administração Regional do Recife, pois menciona o levantamento, que *"o limite da fazenda com a Terra Indígena fica a 1.200,00m do Ouricuri numa encosta mais alta, o que proporciona uma visão muito clara de toda a movimentação dos índios, principalmente, no período de seca, quando a caatinga fica bastante rala, revelando parte dos seus segredos, para quem ali passar"*.

Essa zona de limite ficou ainda mais visível para os não-índios depois da instalação da cerca da fazenda e das linhas de transmissão da Chesf. Ambas provocaram devastação da mata nativa que servia de anteparo. Ademais, os índios relataram que, anos atrás, enfrentaram um incêndio no local, que praticamente extinguiu com a pouca vegetação existente entre a fazenda Peró e o seu lugar sagrado. Queixam-se também da freqüente invasão de gado oriundo da fazenda. É importante mencionar que o "segredo" do Ouricuri é a "essência" da identidade Fulni-ô e, portanto, jamais pode ser violado.

Os Fulni-ô têm sido foco de estudos por dois aspectos principais: a manutenção da língua Yatê e a sua reclusão para realizar o ritual sagrado, o Ouricuri, fatos que lhes conferem o reconhecimento de serem o único grupo do Nordeste que fala a própria língua e que pratica, durante três meses ininterruptos, os rituais na "Aldeia de Lá" (Ouricuri), em torno da qual se consolida a unidade Fulni-ô. Diversos estudos ressaltam essas questões[10]. Retornando ao lugar sagrado Fulni-ô, pode tratar-se de um espaço físico dotado de símbolos e significados que são rememorados pelos índios através das práticas, valores e crenças ancorados na memória coletiva ancestral e no território social. É o núcleo e a fonte de transmissão e atualização da tradição ou do sentimento de pertencimento Fulni-ô.

Tradição aqui compreendida a partir da perspectiva benjaminiana (1996), ou seja, enquanto processo constante de destruição, dispersão e de produção de novos sentidos históricos capazes de criar múltiplos terrenos da política, da subjetividade e de significados de pertença para os índios no momento em que interagem com os elementos de sua memória coletiva e no ato de se comunicarem com o "outro". Enfim, significa um processo de transmissão da tradição para a contemporaneidade, que, para esses índios, é vivenciada na ida ao Ouricuri, durante o ano inteiro, principalmente suas lideranças, que vão, pelo menos, duas vezes por semana, independentemente dos três meses de reclusão definidos para todos.

Dito isso, esse processo de transmissão da tradição tem a dinâmica de reforçar a estrutura hierárquica da unidade Fulni-ô, pois comporta distribuição assimétrica de poder que, no seu funcionamento, impulsiona antagonismos, disputas e divergências internas, ao mesmo tempo em que permite a construção do terreno da política e da negociação, capazes de possibilitar a resolução de conflitos. Nesse sentido, observa-se que no mesmo instante em que esse lugar proporciona a emergência das divergências internas no grupo, oferece também os elementos de resolução e de redefinição dessa unidade Fulni-ô. Possivelmente, uma marca e uma especificidade do grupo elaboradas no percurso histórico a que esses indivíduos, enquanto coletividade, foram submetidos.

Para ilustrar essa especificidade na contemporaneidade, retomaremos o caso da disputa da fazenda Peró entre os Fulni-ô. Do ponto de vista administrativo e político, existem procedimentos que percorrem caminhos contrários e divergentes, os quais

conduzem as lideranças àquela clivagem, anteriormente mencionada, da etnicidade/ indianidade, produzida em função da intervenção do Estado brasileiro junto aos povos indígenas, principalmente do Nordeste. São vários os argumentos entre as lideranças indígenas Fulni-ô ao se queixarem do tratamento diferenciado que recebem e que absorvem dos representantes da Funai, apresentando-se como distribuição desigual de recursos socialmente valorizados no interior do grupo, acirrando ainda mais o processo faccional. E o Ouricuri, de acordo com o discurso indígena, é o local onde se procura dirimir essas diferenças políticas internas presentes na "Aldeia de Cá". Essa denominação é utilizada por Foti como forma de diferenciar as duas ordens pelas quais percorrem dispositivos de poder, de lealdade e de pertencimento Fulni-ô. À "Aldeia de Cá" – a Aldeia Sede – o autor se refere como o principal núcleo habitacional dos índios e onde eles moram a maior parte do ano, enquanto a "Aldeia de Lá" refere-se ao espaço sagrado onde se realiza o ritual.

Nas entrevistas realizadas para a elaboração do parecer antropológico acerca da questão da fazenda Peró, as lideranças eram unânimes em apontar o local sagrado como espaço de resolução dos problemas existentes na "Aldeia de Cá", exterior ao Ouricuri. De modo geral, os depoimentos apontam esse período do Ouricuri como um momento em que o faccionalismo não assume grandes proporções devido ao respeito coletivo ao espaço sagrado. Por exemplo, os papéis de cacique e de pajé jamais são contestados nesse espaço, e não existe possibilidade alguma de transmissão deles decorrente de disputas políticas, pois a transmissão do cargo se dá por hereditariedade, obedece a regras ancestrais e é vitalício. Ainda de acordo com os depoimentos dos índios, já houve tentativa do cacique de transmitir seu cargo para um dos filhos, mas não obteve êxito. Mesmo assim, segundo alguns,existe tratamento diferenciado dentro do Ouricuri, refletindo posições políticas assumidas na "Aldeia de Cá", entretanto, a possibilidade de se observar essa questão é impossível, uma vez que existe impedimento total da presença de pessoas que não sejam Fulni-ô, sobretudo durante a realização do ritual. O pajé reforçou essa interdição nos contando um episódio que teria ocorrido no passado. Mencionou que Lampião, quando passou pela Serra dos Cavalos e fez contato com os índios, cogitou a possibilidade de ter acesso ao Ouricuri, o que até a ele foi vedado.

O processo de faccionalismo interno aos Fulni-ô, no entanto, não vai de encontro à aquisição da fazenda Peró, que é consenso por remeter à proteção do segredo e do espaço sagrado, porém, a referida aquisição, que reflete uma disputa interna, provoca posições distintas e divergentes, as quais constituem o faccionalismo atual. É importante mencionar que as características desse processo certamente encontram conexões e chaves para a sua compreensão na própria gênese histórica do grupo – sua experiência acontecida –, e a disputa pela fazenda Peró e pela regularização do imóvel se apresenta como aspectos situacionais típicos da dinâmica de territorialização no Brasil, em especial, no Nordeste.

Nas entrevistas realizadas com as lideranças Fulni-ô sobre a disputa da fazenda Peró, privilegiou-se para a análise aquelas que focalizaram as divergências e que refletiam o faccionalismo atual. Opção que deixou nítida a existência de dois grandes blocos faccionais, embora estes não apresentassem homogeneidade interna. De um lado, o bloco representado principalmente pelas lideranças tradicionais – cacique e pajé – percebia claramente a necessidade de aquisição da fazenda Peró, sobretudo com o argumento de proteção ao lugar sagrado, embora temesse desdobramentos em relação ao uso e à ocupação da fazenda por parte dos atuais ocupantes. Mencionavam inclusive que, uma vez adquirida a fazenda, os membros daquela facção deveriam se retirar da Aldeia Sede, e aquela não deveria ser incorporada à Terra Fulni-ô, mas constituir uma aquisição separada que passaria a pertencer à Associação Fowclassa, e não

mais à "comunidade Fulni-ô". Do outro lado, os representantes da facção contrária e da Associação Fowclassa reivindicavam a fazenda Peró e questionavam os atuais critérios de pertença Fulni-ô, relacionados à distribuição dos lotes e aos atuais limites do território tradicional.

Naquele momento, essa facção era liderada pelo presidente da Associação, mas, no início, esteve à frente uma outra liderança, denominada pela Funai de "cacique administrativo"[11]. Segundo depoimento dos membros dessa facção, o cacique administrativo fora afastado do posto porque infringiu uma das regras do grupo, a saber: negociar internamente seus lotes de terra, sem considerar que a facção possui uma estrutura formal, denominada pelos membros de Conselho, que é composto de doze integrantes. É curioso observar que no Conselho, existem, pelo menos, três parentes diretos do pajé e um do cacique. São, respectivamente, um irmão deste e dois irmãos e um sobrinho do pajé. A presença desses parentes no Conselho e na facção que disputa a fazenda parece ser representativa da complexa constituição histórica do grupo que hoje se autodenomina Fulni-ô, ao que tudo indica resultante de várias etnias que ocuparam o Vale do Ipanema e que foram incorporadas à organização interna Fulni-ô.

Retomando o faccionalismo Fulni-ô atual, entende-se que essas facções representam os pólos opostos no campo político, que são norteadores dos eixos de divergências no contexto situacional. A posição do cacique, em certo aspecto, divergia da do pajé. Ambos, porém, convergiam quanto à aquisição da fazenda Peró como forma de proteger o lugar sagrado, mas se queixavam do encaminhamento adotado pela Funai, alegando que, em momento algum, foram consultados sobre a situação; ressaltavam que a divisão interna é resultado de procedimentos postos em prática pelo órgão, que teria por objetivo exterminar os índios do Nordeste; questionavam o valor da fazenda que estaria sendo negociado com o fazendeiro por considerá-lo alto para a região; e, finalmente, achavam que os representantes da facção, ocupantes da referida fazenda, deveriam se separar da "comunidade Fulni-ô", porém, divergiam radicalmente quanto aos limites tradicionais da TI. O cacique reforçava os limites atuais, enquanto o pajé reivindicava sua ampliação, apontando diretamente a Serra dos Cavalos como de ocupação tradicional Fulni-ô.

A outra facção, constituída por integrantes da Associação Fowclassa, também comportava divergências internas. Já haviam destituído do posto de liderança aquele considerado pela Funai como cacique administrativo, pelas razões acima mencionadas, mas apresentavam consenso em torno do questionamento político de atuação das lideranças tradicionais. Estas, para eles, apresentavam uma atuação tímida e ineficiente frente às necessidades da comunidade, alegando que beneficiavam apenas parentes e a eles próprios quando da intermediação de bens e serviços para os índios; questionavam também o usufruto dos lotes de terra considerados de uso comum, localizados na Aldeia Sede e no Ouricuri, bem como os critérios de pertença que definem a distribuição desses lotes. Seriam também, na ótica dos representantes dessa facção, acomodados para captarem recursos externos para benfeitorias e projetos a serem desenvolvidos na comunidade.

É de destacar-se que é possível encontrar no grupo indígena posições que transitam entre os dois pólos. Por exemplo, a professora bilíngüe Fulni-ô reforçava a necessidade de aquisição da fazenda Peró, porém apresentava preocupação quanto à presença de não-índios naquele imóvel no momento do ritual, fruto de casamentos interétnicos, fato que jamais poderia ocorrer. Tal posição consiste na defesa de que a terra deve ser regida por determinações "sobrenaturais" da própria "comunidade", sem permitir moradias de não-índios nem divisões internas. Essas divisões, segundo a professora, só diminuiriam a força do Ouricuri e a capacidade do grupo de resolver os próprios problemas. Alimentar o conflito, por conseguinte, significaria desapon-

tar os ancestrais e, conseqüentemente, enfraquecer a unidade Fulni-ô.

Diferentemente das duas outras posições, essa terceira vislumbrava uma resolução dos conflitos a partir de uma aproximação maior dos índios com o seu universo sagrado, espiritual. A importância dessa perspectiva é ressaltada pela própria intensidade de que se reveste o ritual, como se vê no período do Ouricuri, lugar sagrado aonde os índios se deslocam partindo da Aldeia Sede, no mês de setembro. Ainda segundo essa professora, saem todos dispersos e divididos rumo ao Ouricuri, mas o retorno é expresso pela união, retorno que é combinado tanto no que tange à data quanto ao horário, 15 dias antes do término do período de reclusão.

No decorrer da disputa pela fazenda Peró, entram em cena todos os atores envolvidos no processo: nós, pesquisadores, enquanto profissionais requisitados; o fazendeiro e seu advogado; os representantes da Funai e os índios. Em maio de 1999, foi entregue o parecer antropológico e, posteriormente, tomou-se conhecimento de que teria ocorrido outra cisão na facção que pleiteava a fazenda, provocando a substituição do presidente da Associação. As demais lideranças do grupo apontavam os dois principais problemas que justificavam a substituição: 1) de estar se beneficiando dos recursos adquiridos em nome da Associação e 2) não estava firme nem inspirando confiança na negociação da fazenda. Apontava, como exemplo, a conquista de um projeto para criação de gado, a ser desenvolvido na fazenda, intermediado pela Funai e negociado com o Banco do Nordeste.

O presidente, que estava em campo oposto ao seu tio e pajé, agora se encontrava aliado e com uma procuração assinada por este, transmitindo-lhe poderes para representá-lo fora da comunidade. A essa altura, a Funai encontrava-se bastante adiantada na negociação e prestes a realizar o pagamento ao fazendeiro, desconsiderando as orientações do parecer antropológico, embasado nos procedimentos legais de regularização de terras indígenas. Essas postura favorece e estimula conflitos internos aos índios, e destes com as elites locais, na medida em que não adota os procedimentos legais para definir os limites de uma terra tradicional.

A posição da Funai, de desconsiderar o parecer antropológico e os trâmites legais, confirma a típica atuação do indigenismo oficial, abrindo precedente para desencadear na região, especulação no mercado fundiário, altamente rentável e favorável aos interesses das elites locais, dos fazendeiros, dos advogados e dos quadros burocráticos da Funai. A título de ilustração dessa especulação fundiária regional, pode-se citar o caso semelhante que estava ocorrendo com os índios Kambiwá, naquele mesmo momento, envolvendo inclusive o mesmo advogado da fazenda Peró[12].

Essa postura da Funai se reflete em outros aspectos da organização social dos povos indígenas. O atual processo de faccionalismo Fulni-ô se faz presente também na própria proliferação de associações indígenas, impulsionadas, sobretudo na década de 1980, como movimento mais amplo no Nordeste Indígena, fruto do processo de redemocratização no Brasil. O processo de redemocratização refletiu, para a questão indígena, tanto a existência e a consolidação de uma prática populista que, por vezes, desembocou em paternalismo, quanto a ampliação de uma esfera pública garantidora de um espaço democrático. O primeiro aspecto logrou mais êxito e apresentou especificidade, dada a característica da atuação da Funai junto aos índios, especialmente do Nordeste. No caso específico dos Fulni-ô, somase a sua complexa gênese histórica, marca constitutiva do grupo na contemporaneidade (SECUNDINO, 2003; 2005).

Retomando a problemática do faccionalismo Fulni-ô, optou-se por analisar, além das questões internas ao grupo, a representação política de Águas Belas, o comportamento eleitoral e as tramas que configuram o poder político local e a especificidade do campo intersocietário Fulni-ô na década de 1990. A partir dessa perspectiva, considerou-se a dinâmica de mobili-

zação dos dispositivos do poder local e seus fluxos e conexões com as esferas políticas federal e estadual. Ao relacionar esses dois processos históricos convergentes e interdependentes – o poder político local e o faccionalismo Fulni-ô contemporâneo –, contemplou-se na análise a produção de significados advindos da clivagem etnicidade/indianidade, que possibilita compreender o comportamento político-eleitoral étnico tendente ao poder instituído. Comportamento político que termina por nortear o processo faccional interno Fulni-ô.

Tramas e Conexões no Campo Político Intersocietário Fulni-ô

Para compreender as tramas e conexões do voto étnico-indígena Fulni-ô, como partícipe do poder local em Águas Belas, destacamos as eleições gerais de 1994 no Brasil. Das trinta e cinco (35) seções eleitorais do Município, selecionamos quatro (4) que concentram mais de 30% de votos indígenas, considerando como universo o total dos votos dessas seções mais os brancos e nulos.

A polarização, confirmada nos níveis nacional e local, para presidente entre Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve, com a mesma proporção, sua tendência corroborada pelos votos étnico-indígenas Fulni-ô, resultado que, no geral, consolidou a folgada vitória das forças tradicionais do Brasil, reiterada pelo comportamento eleitoral de Águas Belas e pelos votos indígenas. Considerando as quatro (4) seções, assim ficaram distribuídos os votos étnico-indígenas Fulni-ô para presidente: Fernando Henrique Cardoso (PSDB) obteve, nas respectivas seções, 39,1%, 42,6%, 43,7% e 41,2% da votação enquanto Luiz Inácio Lula da Silva (PT) obteve 16,5%; 19,4%; 14,9% e 14,6%. Percentuais que não se diferenciam da tendência municipal como um todo, onde estes mesmos candidatos obtiveram, respectivamente, 41,8%% e 14,5% dos votos válidos[13]. Vejamos a tabela 1:

Tabela 1
Distribuição dos votos para Presidente por Partido – 1994

	Seção A	Seção B	Seção C	Seção D	Município
PSDB	39,1	42,6	43,7	41,2	41,8
PT	16,5	19,4	14,9	14,6	14,5
Votos Nulos e Brancos	39,1	31,0	33,0	38,7	37,3

Fonte: TRE-PE

Um dos aspectos indicativos do comportamento dos votos étnico-indígenas tendentes ao poder local instituído é o fato de que todos os chefes políticos locais do campo tradicional apoiaram o candidato do PSDB. Por outro lado, a pequena percentagem dos votos obtidos pelo candidato do PT nas seções indígenas, concomitante com o comportamento municipal, aponta uma parcela de "votos independentes" do campo tradicional e um potencial espaço de crescimento do espaço político progressista em Águas Belas.

Embora essas representações – do voto étnico-indígena e do municipal – sejam proporcionais, é a proximidade ou distância dos interesses locais que orienta o maior índice de participação e de votação concentrada, ou seja, o maior interesse local se faz presente nas candidaturas proporcionais de deputado federal e estadual, onde os chefes demonstram sua força política. Diferentemente das disputas para presidente, senador e governador, consideradas com menor interesse. Essa tendência é visível tanto nas seções com presença indígena como no conjunto do Município. De acordo com a tabela 2, para governador, a distribuição nas seções indígenas demonstrou o mesmo perfil de disputa estadual dentro do Município:

A candidatura de Miguel Arraes de Alencar (PSB) obteve, nas seções indígenas Fulni-ô, destacada votação: 39,5%; 50,9%; 44,7% e 45,2% dos votos, enquanto o segundo colocado, candidato do PFL, atingiu 11,5%; 5,5%; 11,2% e 8%, respectivamente[14]. No município de Águas Belas em geral, estes candidatos chegaram, respectivamente, a 45,1% e 9,7%. Comparando proporcionalmente estes índices, observa-se que o comportamento das seções com presença indígena não se diferencia do apresentado pelos eleitores do Município, e, juntos, confirmam o fenômeno eleitoral de Miguel Arraes nas eleições de 1994. Tais comportamentos também podem indicar o oportunismo dos chefes políticos locais que, geralmente, optam pela situação vigente, na esfera estadual ou federal, independentemente do campo ideológico que esteja enquadrada à situação. E Miguel Arraes era candidato à reeleição.

Ademais, o êxito eleitoral do PSB nessas eleições é creditado à liderança carismática, até então, de Miguel Arraes de Alencar, personagem da vida política brasileira que tem uma marca de "bravura" entre os segmentos populares em decorrência de sua ação governamental democrático-popular, nos idos de 1960, quando foi Governador e, simultanea-

Tabela 2
Distribuição dos votos para Governador por Partido – 1994

	Seção A	Seção B	Seção C	Seção D	Município
PFL	11,5	5,50	11,2	8,0	9,7
PSB	39,5	50,69	44,7	45,2	45,1
Votos Nulos e Brancos	45,7	38,00	39,1	41,7	39,4

Fonte: TRE-PE

mente, opositor do regime militar em que estava imerso o Brasil. Suas convicções e a ação governamental que empreendeu custaram-lhe o cargo de Governador, e, cassado, foi relegado ao ostracismo político. Ao retornar, na década de 1980, de um lado, comoveu as massas e, de outro, adquiriu a capacidade aliancista com as elites políticas tradicionais, que, ao se interessarem pelo seu capital político-eleitoral, alinham-se geralmente ao seu projeto democrático-popular. Foi personagem controverso no cenário nacional e no Estado de Pernambuco, devido à singular síntese que marca sua trajetória política: a de juntar os setores populares às elites políticas tradicionais "alinhadas". Essa sua especial capacidade confirmou a dinâmica político-eleitoral que caracteriza a vida política de Pernambuco, ou seja, o Governador sempre consegue apoio da maioria dos prefeitos e, conseqüentemente, dos chefes políticos locais.

A dinâmica político-eleitoral acima aludida foi explicitada através de uma pesquisa apresentada pelo Diário de Pernambuco, em 2 de julho de 2000, que teve como manchete: "Metade dos prefeitos eleitos em 1996 mudou de partido". A mesma pesquisa apontou o processo adesista dos prefeitos aos partidos governistas no Estado que, naquele momento, eram o PMDB, o PFL e o PSDB, que giram em tomo de lideranças como Jarbas Vasconcelos, Roberto Magalhães, Marco Maciel e Gustavo Krause, entre outras. São, respectivamente: Governador pelo PMDB; Prefeito, então licenciado do Recife e candidato à reeleição pelo PFL, Vice-Presidente da República pelo PFL e ex-governador e ex-ministro do Meio Ambiente na gestão do PSDB, também do PFL. Nesse mesmo cenário, a pesquisa ainda apontou o declínio do PSB e a tendência política de alinhamento dos chefes políticos municipais com o Palácio do Campo das Princesas. O PSB decresceu 66%, enquanto o PMDB, atingiu um índice de 233,3% de crescimento em relação aos anos anteriores. Apresentada essa realidade, justifica-se o apoio dos chefes políticos locais de Águas Belas ao ex-governador Miguel Arraes, em 1994, ocasião em que era Governador, bem como o comportamento eleitoral municipal e étnico.

Para o Senado, os resultados das seções com presença indígena demonstram uma certa dispersão, porém, dentro da polarização das candidaturas para governador e presidente. Sem apresentar discrepância quanto à representação municipal, as seções com presença indígena seguem seu itinerário, tecendo suas tramas e armando suas conexões com o poder político local. O PSDB, com duas candidaturas, obteve nas seções com presença indígena 13,8%; 11,7%; 16,3% e 12,6% dos votos. Em seguida, veio o candidato do PDT, com 6,2%; 8,3; 7,7% e 9,3%, respectivamente. O PPS, obteve 5,3%; 8,6%, 7,7% e 9,0%[15]. De acordo com a tabela 3, na página que segue, assim ficou distribuído os votos étnico-indígenas para senador em Águas Belas:

Juntas, as duas primeiras candidaturas obtiveram no Município 14,8%, e as candidaturas do PPS e PDT alcançaram, individualmente, 8,5% e 9,3%. Em termos proporcionais, as seções com presença de votos indígenas Fulni-ô demonstram tendência semelhante ao comportamento político-eleitoral do município de Águas Belas. Deve-se considerar que as candidaturas do PSDB para o Senado estavam ligadas às postulações para Presidente do mesmo partido e Governador do PFL, as quais obtiveram no Município 41,8% e 9,7% dos votos válidos. Por sua vez, as do PT e PSB, que formavam uma frente de coligação de esquerda com o PDT e PPS, obtiveram 14,5% e 45,1% desses votos.

Esses percentuais são esclarecedores, pois revelam o nível da disputa local e sua capacidade aliancista, obedecendo à dinâmica político-eleitoral que caracteriza o Estado de Pernambuco. Legitimados pelo voto local, os chefes políticos contam, sem discrepância, com o voto étnico-indígena e garantem nacionalmente a consistência do seu campo ideológico, revelando a especificidade regional anteriormente mencionada.

O itinerário dos votos étnico-indígenas Fulni-ô, para Deputado Federal, também re-

Tabela 3
Distribuição dos votos para Senador por Partido – 1994

	Seção A	Seção B	Seção C	Seção D	Município
PDT	6,2	8,3	7,7	9,3	9,3
PPS	5,3	8,6	7,7	9,0	8,5
PSDB	13,8	11,7	16,3	12,6	14,8
Votos Nulos e Brancos	66,9	65,0	58,6	59,3	57,6

Fonte: TRE-PE

presentou a tendência e a polarização em Águas Belas. Nas seções com presença indígena, os votos concentraram-se em praticamente quatro candidaturas do PFL, com duas mais expressivas, bem como duas do PSB, com apenas uma relevante.

As duas candidaturas para Deputado Federal mais expressivas, pelo PFL, foram representadas por José Múcio Monteiro Filho e Carlos Roberto Guerra Fontes. Obtiveram, respectivamente, a primeira e a terceira maior votação do Município. Nas seções com presença indígena Fulni-ô, juntos, conseguiram 21,1%; 27,5%, 31,9% e 24,8% dos votos válidos nessas seções e 26,6% nas do Município. A candidatura do PSB, de João Bastos Colaço Dias, atingiu 21,1%; 27,5%; 31,9% e 24,6% dos votos nas referidas seções, e 26,6% dos sufrágios nas do município. Vejamos a tabela 4:

Tabela 4
Distribuição dos votos para Deputado Federal por Partido – 1994

	Seção A	Seção B	Seção C	Seção D	Município
PFL	21,1	27,5	31,9	24,6	26,6
PSB	11,6	18,1	17,9	17,3	16,6
Votos Nulos e Brancos	65,3	51,9	16,4	54,5	53,9

Fonte: TRE-PE

O candidato a Deputado Federal majoritário, no Município, recebeu, naquele momento, o apoio do Prefeito e de um ex-Prefeito, que então encontra-se como Prefeito licenciado e candidato à reeleição pelo PFL. O terceiro candidato mais votado, que também pertence ao PFL, recebera apoio do Vice-Prefeito e chefe político do PMDB. Enquanto o segundo mais votado, o candidato do PSB, obteve apoio de um ex-Prefeito, também do PFL, e do chefe político e candidato a Prefeito (derrotado) pelo PSC, atualmente candidato a Vice-Prefeito pelo PSDC na majoritária do PPB. Sem muitas novidades e confirmando a tendência municipal, os votos étnico-indígenas Fulni-ô para as candidaturas proporcionais permanecem marcando a polarização em Águas Belas. O PFL, com duas candidaturas mais expressivas, obteve 20,2%; 22,4%; 24,1% e 23,8% dos votos nas seções com presença indígena, e 25,3% dos votos válidos do Município. Por sua vez, o PSB, com praticamente uma candidatura, alcançou 12,4%; 23,6; 19,3% e 18,5% nas referidas seções e 18,4% dos votos válidos do Município[16]. Sem discrepância, os votos indígenas continuam marcando sua cumplicidade com o poder político local instituído – ver tabela 5 abaixo –, acompanhando-o uniformemente para todos os cargos pleiteados nas eleições gerais de 1994:

O Deputado Estadual eleito pelo PSB, filiado atualmente no PSDB, Antonio Carlos Vieira dos Santos, foi o majoritário com o apoio de um ex-Prefeito do PFL e do candidato derrotado a Prefeito pelo PSC, os quais conseguiram obter a segunda maior votação para o deputado federal João Bastos Colaço Dias. Já o PFL concentrou seus votos em Henrique José Queiroz Costa e Romário de Castro Dias Pereira, ambos com quase a mesma densidade eleitoral. Este obteve o apoio do então Prefeito e do Vice. Aquele contou com o apoio do ex-Prefeito pelo PTB e de uma liderança feminina, que viria a ser sua Vice-Prefeita em 1996. Como vimos, é na disputa proporcional que se acirram as forças políticas dos chefes municipais para demonstrar, quase que individualmente, seu poder de mando e de arremate de votos.

Tendo em vista que o itinerário dos votos étnicos Fulni-ô está direcionado, proporcional e uniformemente, para o mandonismo local em Águas Belas, podemos afirmar que os interesses antagônicos se relacionam no "tempo da política", provocando a organização do consentimento e a cumplicidade dos índios com a elite política local (SECUNDINO, 2000)[17].

No poder político local, o antagonismo é marcado pela disputa histórica pela terra, onde emergem dispositivos da cultura e do poder, delimitando espaços de pertença e

Tabela 5
Distribuição dos votos para Deputado Estadual por Partido – 1994

	Seção A	Seção B	Seção C	Seção D	Município
PFL	20,2	22,4	24,1	23,8	25,3
PSB	12,4	23,6	19,3	18,5	18,4
Votos Nulos e Brancos	64,5	47,8	48,6	48,7	51,5

Fonte: TRE-PE

da diferença. Espaços, esses, que definem fronteiras entre os atores sociais índios e não-índios. E nessa trilha fronteiriça, armam-se cumplicidades que comportam dispositivos de poder que fundamentam as tramas e conexões do campo político intersocietário Fulni-ô contemporâneo. Essa cumplicidade é legitimada pelo voto local, incluindo-se a adesão do voto étnico-indígena, com o apoio dos chefes políticos municipais, que dão sustentação à estrutura de poder regional (SECUNDINO, idem).

A partir dessa adesão, legitimada pelos munícipes de todos os segmentos do cenário local de Águas Belas, à estrutura de poder local e regional, pode-se admitir que esse poder local é representativo da estrutura de poder político regional, tendo como traço singular a capacidade histórica de lançar-se à contemporaneidade, redefinindo-se com força e vigor. Essa capacidade do campo político tradicional, representado pelas elites política, econômica e cultural, caracteriza-se pela habilidade aliancista que estabelece com segmentos mais inclusivos da sociedade, alimentando-se com os votos para proporcionar sua reprodução, fundamentada, sobretudo, na oligarquização da política através da dinâmica de permutas partidárias ancoradas em unidades familiares e domínio territorial. Tal fundamento se define e se redefine objetivando zelar e manter esse campo político tradicional que se legitima com a participação dos demais segmentos sociais, dentro de um regime democrático (SECUNDINO, Idem).

No caso do campo intersocietário Fulni-ô contemporâneo, essa participação deixa explícitas as tramas e conexões entre esses índios e as elites locais de Águas Belas, também impulsionadas pelo tipo de atuação que a Funai desenvolve no nível local e regional, bem como pela intensa presença das esferas federal e estadual em pleitos eleitorais que, em última instância, resultam em significações sociais advindas da clivagem etnicidade/indianidade que orientam uma trajetória social dos índios como co-partícipes desse cenário.

Conclusão

A eleição municipal do ano 2000 foi reveladora da consistência do campo tradicional em Águas Belas e da disputa interna dos índios, onde se apresenta o faccionalismo Fulni-ô, suas tramas e conexões com o poder instituído. Esses índios se projetaram para a disputa com cinco (5) candidatos a vereador: um (1) pelo PPB, um (1) pelo PSC e três (3) pelo PFL.

A fragmentação por parte dos índios demonstra, de um lado, a disputa no âmbito da própria aldeia – o faccionalismo Fulni-ô –, e do outro, a sua capacidade de buscar aliados externos que os fortaleçam para essa disputa interna. Dinâmica diretamente marcada pela interferência dos representantes da Funai e da estrutura do poder regional e local. Levando-se em conta que terra, especialmente no Nordeste, significa poder político e econômico, os índios, ao ocuparem a fazenda Peró, se confrontaram com o proprietário local. Em decorrência desse confronto, entram em cena interesses locais e regionais, representados pelo poder local instituído e a Funai, esfera federal que cumpre o papel de mediadora das benesses e interesses, pois as tramas que delinearam o processo de negociação demonstram que a atuação jurídico-administrativa desse órgão, hegemonicamente, conecta-se aos interesses regionais sem contemplar, política e licitamente, os processos de territorialização no Brasil Indígena, marca da especificidade da *moderna tradição brasileira*.

O desfecho do caso da fazenda Peró é emblemático no Brasil e possivelmente exemplar para se compreender o tipo de relação que a Funai, ao longo da história, vem desenvolvendo junto aos povos indígenas deste país. Após pressão dos índios e do proprietário local, esse órgão efetuou o pagamento da fazenda sem levar em consideração os passos e trâmites jurídicos que fundamentam a identificação e delimitação de um Território Tradicional Indígena. Com essa postura, resolve, por conseguinte, o problema do proprietário e fortalece, entre

os índios, uma indianidade marcada por relações clietelistas que geram dependentes e se caracterizam pela continuidade do mandonismo na vida política brasileira, extensiva à política indigenista oficial.

Esse campo intersocietário Fulni-ô contemporâneo é demonstrativo de que o processo de territorialização é, por definição, de natureza política, constituído pelas práticas governamentais, grupo indígena e a história do contato interétnico (OLIVEIRA, 1998:08), bem como composto por interesses antagônicos, porém relacionais.

Um dos problemas é que a Funai, enquanto mediadora desses processos, é, hegemonicamente, partidária da estrutura de poder regional que impulsiona uma lógica de convivência que estimula os índios a uma competição por recursos, bens e serviços que termina por provocar uma distribuição desigual de poder internamente, além de construir e legitimar lideranças indígenas a serviço de propósitos mais gerais, como, por exemplo, o de serem peças fundamentais no jogo de redefinição do poder político-eleitoral local e regional, dando sustentação ao campo ideológico tradicional, abrindo mão de uma prática que estimule a autonomia e o pleno exercício da cidadania indígena.

Retornando à participação dos índios Fulni-ô na eleição municipal de 2000, em Águas Belas, tem-se a configuração da adesão desses índios ao poder instituído, com destacada presença de lideranças Fulni-ô legitimadas e construídas pela intervenção do órgão indigenista oficial. Essas lideranças, por ocasião da eleição, projetam-se para a sociedade aguasbelense, com seus aliados externos demonstrando poder eleitoral na aldeia, onde intermediam recursos, bens, serviços e *votos*. Semelhante prática encontra-se entre os chefes políticos locais quando, especialmente na disputa para deputado, projetam-se para as esferas federal e estadual do poder regional, como frisado na análise das eleições.

Nessa concorrência interna Fulni-ô, duas (2) candidaturas são mais significativas quanto à natureza da disputa hierárquica desses índios e do faccionalismo Fulni-ô contemporâneo. Referimo-nos a uma (1) pelo PPB e uma (1) pelo PFL. Além dessas duas (2) candidaturas, existem mais duas (2) pelo PFL e uma (1) pelo PSC. Todas já concorreram em eleições anteriores com mais um fator emblemático: a do PFL e a do PSC saem da mesma família. As duas pelo PFL estão aliadas à candidatura majoritária do mesmo partido, assim como a do PSC alia-se à majoritária do seu partido. Quanto à candidatura do PPB, trata-se de uma das lideranças Fulni-ô que já concorreu à Câmara Municipal, em 1988, pelo PFL, aliada ao então Prefeito eleito pela mesma sigla. Nessa eleição de 2000, pleiteia novamente uma vaga na Câmara, no bojo da candidatura majoritária do PPB, que tem como Vice um ex-candidato a Prefeito e ex-PSC, agora PSDC. Esse candidato a Vereador pelo PPB é também um dos responsáveis por um projeto de reflorestamento na Terra Indígena Fulni-ô, financiado pelo Governo Federal, único projeto dessa natureza entre os povos indígenas do Nordeste[18].

Na aldeia, essa candidatura a vereador pelo PPB conta com o apoio do presidente da Associação Fowclassa e da professora bilíngüe, que é funcionária da Funai, ensina na aldeia e, atualmente, é membro do Conselho de Cultura do Estado Pernambuco. É a mesma que, em 1988, concorreu a uma vaga na Câmara Municipal em Águas Belas, pelo PFL, sem êxito. Quanto ao presidente da Associação, é liderança emergente do faccionalimo Fulni-ô contemporâneo, tendo se destacado por ocasião da ocupação da fazenda Peró. É também sobrinho do pajé, antigo funcionário da Funai, e primo do atual chefe do Posto Indígena Fulni-ô.

A candidatura do PFL é de um dos filhos do cacique, também funcionário da Funai, e aliado ao candidato do mesmo partido que concorre à reeleição. Essa disputa política entre os próprios índios é também indicativa da natureza do faccionalimo Fulni-ô contemporâneo. O fato de essa candidatura ser indicativa do faccionalismo se dá pela posição do cacique em relação à ocupação da fazenda Peró, tendo sido realizada pelos mem-

bros da Associação Fowclassa sob a liderança do presidente e seu opositor interno. Inicialmente, o cacique foi radicalmente contrário à ocupação, e quando se chegou ao consenso de os índios Fulni-ô terem aquela terra, com o argumento de proteção ao lugar sagrado, ele sugeriu uma cisão na aldeia, levando a que os índios envolvidos na ocupação deveriam abandonar suas casas na Aldeia Sede, fundando, assim, uma nova *tribo*, *lá* na fazenda ocupada, onde também realizariam seu próprio ritual. Naquele momento, a posição foi corroborada pelo pajé, hoje aliado do seu sobrinho e presidente da Associação Fowclassa.

Após analisar as tramas e conexões em Águas Belas, na década de 1990, pode-se observar que o campo político intersocietário Fulni-ô contemporâneo comporta práticas semelhantes e de cumplicidade com as das estruturas do poder regional e local e com a da política indigenista oficial brasileira, quais sejam: oligarquização política na aldeia, que passa por unidades familiares, permutas partidárias e clientelismos próprios da indianidade Fulni-ô. Assim, esses índios, ao se relacionarem com os pólos institucionais – estruturas de poder regional e local e a política indigenista oficial –, agentes que compõem o campo político indigenista brasileiro (índios, aliados e opositores) expressam exemplar referência para compreender os processos de territorialização indígenas e o cotidiano da ação administrativa brasileira, bem como para explicitar dispositivos que atuam nas estruturas de conhecimento e que, juntas, geram instâncias de poder e revelam desigualdades no Brasil indígena.

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS - Recife, v. 24, nº 1, p. 087-116, jan./jun., 2008

Notas

[1] Agradeço a Jorge Siqueira, Janirza Cavalcante da Rocha Lima, Carlos Sant'Anna Guimarães, Remo Mutzenberg e a Silke Weber pela leitura crítica e colaboração.

[2] Por opção metodológica, omitimos os nomes das lideranças políticas locais, tanto indígenas quanto não-indígenas.

[3] Foi dirigente da Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento de Água) e da Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Águas Belas e trabalhou nas empresas que construíram a BR-232.

[4] Depois surgiram o Sindicato dos professores municipais e a Associação dos produtores de leite, além de associações indígenas e do antigo Sindicato dos Trabalhadores Rurais ligado a Fetape.

[5] Somente em 2000 é que o Sindicato, pela primeira vez, se faz presente e elege um vereador oriundo do seu quadro e com expressividade eleitoral, foi o segundo mais votado. A partir desse momento, marca uma posição mais definida no campo político progressista e estabelece alianças regionais mais nítidas, principalmente com a Fetape (Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura de Pernambuco). O mandato de vereador é exercido no confronto com o campo político tradicional e, especialmente, com o prefeito, dando ênfase às políticas e contas públicas. Durante o seu mandato, consolida o seu nome e torna-se, em 2004, o candidato a prefeito do campo progressista pelo PT num arco de alianças, obtém uma expressiva votação e fica em segundo lugar.

[6] Não conseguiu reeleição e, no pleito de 2002, não apoiou a candidatura do campo progressista (aderiu à campanha daquela liderança emergente, no início da carreira, filiado ao PMB e, nessa eleição, candidato do PTB).

[7] No pleito municipal de 2002, esse vereador foi substituído pelo irmão para concorrer ao mandato e obteve menos de 100 votos. Perdeu a eleição, e a família, a representação política municipal legal, que mantinha para estabelecer barganhas.

[8] Desde 2003 encontra-se em processo de Identificação e Delimitação, de acordo com a portaria nº 145/PRES-12/03/2003 (Funai).

[9] A fazenda foi adquirida de forma ilegal, desconsiderando as normas jurídico-administrativas e as orientações do parecer antropológico.

[10] Mário Melo (1926), Max Boudin (1949), Estevão Pinto (1956), Sanelva de Vasconcelos (1962), Mabel Cerqueira Vianna (1966), Paulo Maia Lopes (1980), Jorge Hernández Dias (1983), Miguel Vicente Foti (1991), Januacele Francisca da Costa, Claudia Menezes, 1993, Ivson Ferreira (1995).

[11] Quanto à nomenclatura "cacique administrativo", acima citada, trata-se de uma denominação criada pelos representantes da Funai como forma de construir e legitimar lideranças indígenas e para se articular politicamente com suas instâncias, ao mesmo tempo em que representa um canal de inserção política interna ao grupo, reforçando processos faccionais entre os povos indígenas, ou seja, serve para identificar lideranças que correspondam às expectativas situacionais e pontuais de personagens de destaque da estrutura do órgão – assessores, chefes de posto, administradores regionais, etc –, correspondendo geralmente a um enquadramento hegemonicamente instituído pelo indigenismo oficial.

[12] Prática recorrente na Funai, pois, no ano de 2000, fui convocado a participar de uma reunião na Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF)/Funai-DF para tratar da situação referente à Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kraô-Canela, juntamente com o Diretor da DAF, representante do CIMI e dos próprios índios. Como já havia estudado a situação, expus na reunião que poderia tratar-se de terra tradicional, e o representante da Funai refutou veementemente, objetivando solucionar o caso com o procedimento de "eleição de área".

[13] A representação indígena nestas seções foi, respectivamente, de 38,27%; 34,84%; 30,23% e 30,15%. Para os interessados num maior rigor estatístico, ao aplicar o teste de Sperman, as correlações entre as seções indígenas e o resultado municipal são estatisticamente significantes, pois a correlação é quase perfeita (0,997; 0,986; 0,995 e 0,999). É considerada correlação perfeita quanto mais se aproxima do valor 1,0.

[14] A representação indígena nestas seções foi, respectivamente, conforme mencionado, de 38,27%; 34,84%; 30,23% e 30,15%. Utilizando-se o teste de Sperman, as correlações entre as seções indígenas e o resultado municipal são estaticamente significantes. Os valores são: 0,847; 0,865; 0,937 e 0,964. O fato de ocorrer uma certa discrepância entre duas das seções e, ainda assim, manter-se uma correlação significante é devido ao maior número de candidatos na disputa pelo voto que já aparece timidamente para governador, mas que vai ser intensificada nas disputas proporcionais, acarretando índices menores de correlação.

[15] Como anteriormente lembrado, a representação indígena nestas seções foi respectivamente de 38,27%; 34,84%; 30,23% e 30,15%. Ao utilizar o teste de Sperman, todas as correlações entre as seções indígenas e o resultado municipal são estatisticamente significantes, pois alcançam os seguintes valores: 0,984; 0,939; 0,865 e 0,956. Aparece uma sensível discrepância numa das seções decorrente do maior número de candidatos disputando voto dentro do município.

[16] Com 0,514, 0,540, 0,800, e 0,720, as correlações continuam estatisticamente significantes, mas diminuem em relação aos votos dos majoritários, demonstrando maior intensidade e a conseqüente dispersão dos votos em decorrência das disputas dos chefes locais para mostrar, quase que individualmente, sua força política municipal, projetando-se para as esferas estadual e federal.

[17] Néstor García Canclini reporta-se a situações semelhantes vivenciadas na América Latina por grupos populares e indígenas, chamando a atenção das interações e negociações estabelecidas entre atores sociais hegemônicos e subalternos, principalmente da região de Oaxaca, Michocán e Guerrero. Menciona que "(..) ao mesmo tempo em que [os grupos étnicos] afirmam em espaços e rituais específicos sua identidade originária, reformulam seu patrimônio

cultural assimilando saberes e costumes que lhes permitem recolocar-se em novas relações socioculturais, políticas e de trabalho" (1995:234). Ainda questiona os estudos que presumem uma passividade dos atores ou grupos étnicos e populares em contextos de negociação e interação, propondo a reformulação da pergunta inicial desses estudos e a seguinte problematização: "(..) por que as classes subalternas colaboram tão amiúde com quem as oprime, dando-lhes votos nas eleições e pactuando com ele na vida cotidiana e nos embates políticos?".

[18] Estava em vigor pelo menos até o ano de 2000 e o seu financiamento chegava através do Banco do Brasil, agência de Águas Belas. O seu beneficiário, um índio Fulni-ô, tornou-se a principal liderança política na aldeia. Foi, nas últimas três eleições municipais, o candidato a vereador mais votado internamente embora não tenha sido eleito.

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS - Recife, v. 24, nº. 1, p. 087-116, jan./jun., 2008

Referências Bibliográficas

ABREU BRUNO, Paulo Roberto de. "Mobilização Eleitoral e Participação Política entre os Ticuna". In: *Amazônia em Cadernos: os Ticunas hoje, nº 05.* Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, (1999).

ATLAS das Terras Indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/PPGAS/Museu Nacional/ UFRJ, 1993.

BRASILEIRO, Sheila. *O Processo Faccional no Povo Indígena Kiriri.* Salvador: PPGS/UFBA, 1996. (Dissertação de Mestrado)

CAYGILL, Howard. "Benjamin, Heidegger e a Destruição da Tradição". In: BENJAMIN, Andrew & OSBORNE, Peter. (Orgs). *A Filosofia de Walter Benjamin.* Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação.* Aracaju: UFS, 1987.

DÍAZ, Jorge Hernández. *Os Fulni-ô: relações interétnicas e de classe em Águas Belas.* Brasília: PPGA/UnB, 1983. (Dissertação de Mestrado)

FAORO, Raymundo. *Os Donos de Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro.* 3ª ed., v.1, Porto Alegre: Ed. Globo, 1976.

FERREIRA, Ívson José. *Grupo Indígena Fulni-ô* – Relatório de Viagem. Recife: FUNAI, 1995.

GOLDMAN, Márcio. "Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus". In: *Revista Mana.* Estudos de Antropologia Social, nº 7/2, Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 2001.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto* 6ª ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1993.

MACHADO DE ÁVILA, Thiago Antonio. "Democracia Pluriétnica, Municípios e Parlamentos: Presença e Construção da Participação Indígena nos Espaços Políticos Eletivos Brasileiros". In: *Política e Trabalho,* Revista de Ciências Sociais, Ano 19, nº 19. João Pessoa: PPGS/ UFPB, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco., *"O nosso governo": os Ticuna e o Regime Tutelar.* São Paulo; Brasília; Marco Zero: MCT/CNPq, 1988.

PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Márcio (Orgs). *Antropologia, Voto e Representação Política.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SÁ, M. Auxiliadora Ferraz de. *Dos Velhos aos Novos Coronéis.* Recife: Pimes, 1974.

SECUNDINO, Marcondes de Araujo. *Tramas e Conexões no Campo Político Intersocietário Fulni-ô.* Recife: PPGS/UFPE, 2000. (Dissertação de Mestrado)

_____. & PAIVA E SOUSA, V. F. "Negociando Fronteiras: Processo Político de Constituição do Território Fulni-ô". In: GICO, Vânia; et alii (Orgs). *As Ciências Sociais: Desafios do Milênio.* Natal: Ed. EDUFRN, 2001.

_____. "Emergências das Identidades Indígenas no Nordeste Contemporâneo". In: *Revista Anthropológicas,* ano 7, nº 14. Recife: PPGA/UFPE, 2003.

SIQUEIRA, Antônio Jorge de. "Terra e Poder no Nordeste". In: *Urbanização, Poder e Políticas Públicas no Nordeste.* Comunicações 34. Recife: Pimes, 1990.